



ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade deste serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

O estado da Bahia foi inserido na área de atuação da Codevasf por meio da Lei nº 14.053/2020, onde engloba 100% da área do estado da Bahia.

A execução destes pátios proporcionará espaço para encontros e eventos, impulsionando o desenvolvimento econômico e social das localidades beneficiadas com o objeto deste termo de referência.

Modalidade Licitatória:

Licitação Eletrônica. A Codevasf por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51)

Pregão:

A modalidade de licitação escolhida para esta licitação foi o Pregão Eletrônico, justificado pelo seu objeto, pátios para múltiplos usos, serviço comum de engenharia, cujos padrões de qualidade e de desempenho foram previamente definidos no projeto básico, através de memorial descritivo, peças gráficas e orçamento, enquadrando-se no art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019. Além disso, o art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019, também cita que serviços comuns de engenharia são serviços que têm participação e acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, o que é imprescindível para a execução destes pátios.

Sistema de Registro de Preços:

O Sistema de Registro de Preços (SRP), procedimento licitatório auxiliar definido pela Lei 13.303/2016, foi o meio escolhido devido a necessidade de contratações frequentes e a imprevisibilidade do quantitativo e/ou do momento em que essas contratações se farão necessárias, enquadrando-se especificamente nas hipóteses do art. 3º, incisos I e IV do Decreto 7.892/2013.

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): NÃO será admitido diante da necessidade de celeridade para conclusão do procedimento licitatório, uma vez que qualquer atraso poderá comprometer as contratações, trazendo prejuízos ao interesse público, conforme a possibilidade de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, disposta no § 1º, do Art. 4º, do Decreto 7.892/2013, Acórdão 2618/2018-Plenário TCU e Art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.



Adesões à Ata de Registro de Preços:

Será permitida adesões à Ata de Registro de Preços por outras Superintendências da CODEVASF obedecendo às orientações do decreto 7.892/2013. Assim será permitido, uma vez que, ao participar do SRP, o licitante, sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador. A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos.

Parcelamento do objeto:

Será realizado o parcelamento da seguinte forma: um lote para o pátio sem cobertura e um lote para o pátio com cobertura. Assim, o licitante poderá concorrer ao pátio sem cobertura, ao pátio com cobertura ou ambos. Optou-se pelo parcelamento, pois, desta forma, é possível, como orienta o art. 8º do Decreto 7.892 de 2013: promover **MAIOR COMPETITIVIDADE**. Além disso, entende-se que, no caso dos objetos desta licitação, é **TECNICAMENTE MAIS VIÁVEL** a gestão da execução dos serviços comuns de engenharia.

Modo de Disputa:

Aberto com orçamento público. Observando o princípio da publicidade. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: “Nas licitações realizadas pelas licitantes estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.”

Critério de Julgamento:

MAIOR DESCONTO. Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço comum de engenharia não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários. O pagamento será por medições das unidades padrão efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela Codevasf e efetivamente executados pela CONTRATADA. O regime de execução de empreitada por preço unitário será utilizado devido à natureza do objeto que possui imprecisão de quantitativo.



Permissão de Participação de Consórcios:

Não permitida. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de licitantes, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Permissão de Participação de Cooperativas:

Não permitida. Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

Permissão de Subcontratação:

Não permitida. Não será permitida subcontratação de serviços parciais deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Visita:

Não Obrigatória. Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Faz-se necessária simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23/1/2013, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

“Art. 7º -

§ 2º - *Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.*

Desapropriação:

Não aplicável. Os serviços comuns de engenharia serão executados em áreas públicas Estaduais e Municipais, desta forma não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.



Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10/1/2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de dez dias úteis contados da data do recebimento da via do contrato assinada, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.

Esta Garantia de Execução (Caução) justifica-se devido histórico de licitações feitas por esta superintendência, que constata a falta de qualidade das empresas contratadas anteriormente. Assim, visando a contratação de empresas qualificadas, esta superintendência resolve solicitar a Garantia de Execução (Caução) descrita neste parágrafo.

Qualificação técnica profissional:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

A 6ª Superintendência Regional da Codevasf todos os anos elabora termos de referência para contratação de diversos objetos, inclusive de serviços de engenharia. Em 2021 cobrou-se das empresas participantes comprovação de qualificação técnica de 20% sobre as parcelas as parcelas mais relevantes. Porém, percebeu-se que, durante a execução dos contratos, as empresas contratadas não apresentaram desempenho técnico satisfatório.

Qualificação técnica operacional:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

A 6ª Superintendência Regional da Codevasf todos os anos elabora termos de referência para contratação de diversos objetos, inclusive de serviços de engenharia. Em 2021 cobrou-se das empresas participantes comprovação de qualificação técnica de 20% sobre as parcelas as parcelas mais relevantes. Porém, percebeu-se que, durante a execução dos contratos, as empresas contratadas não apresentaram desempenho técnico satisfatório.

Agora, a 6ª Superintendência Regional resolve solicitar que a licitante comprove a execução das quantidades mínimas dos serviços (percentual de 40%) das parcelas de maior relevância e valor significativo dos objetos que serão contratados, não restringindo o caráter competitivo da licitação,



obedecendo as recomendações do TCU, Súmula 263 e Acórdão 2924/2019 Plenário - Relator: Ministro Benjamin Zymler.

Percentual máximo para qualificação econômica financeira:

A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante análise dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) previstos no art. 22 da IN 03/2018.

A CONTRATADA deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como permite o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se devido histórico de licitações feitas por esta superintendência, que constata a falta de qualidade das empresas contratadas anteriormente. Assim, visando a contratação de empresas qualificadas, esta superintendência resolve solicitar a qualificação econômica financeira descrita neste parágrafo.

Licença Ambiental:

A Contratada deverá solicitar Anuência Ambiental (Licença Ambiental ou Dispensa de Licenciamento) junto ao Município ao qual serão executados os serviços de engenharia objeto desse TR por meio do órgão responsável pela emissão da mesma.

Projeto básico:

O projeto **básico** do pátio para múltiplos usos **sem** cobertura foi elaborado pela Codevasf, como consta em ART do ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO.

O projeto **básico** do pátio para múltiplos usos **com** cobertura foi elaborado pelo FNDE, conforme ART do ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO, adaptado pela 6ª Superintendência da Codevasf, conforme ART específica de adaptação, ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO. As adaptações do projeto original envolveram: substituição de portas de alumínio para portas de madeira; retirada de serviços de pintura de pátio; retirada de materiais esportivos, como traves. Deve-se atentar para o fato de que as modificações feitas foram tão simples, que não alteram substancialmente o projeto original, elaborado pelo FNDE, que é de domínio público e está disponível no campo eletrônico: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/par/quadra-coberta-aberta>.

Projeto executivo:

O projeto **executivo** do pátio para múltiplos usos **SEM** cobertura será elaborado pela CONTRATADA, observando as características do projeto básico, visando adequar a estrutura dimensionada inicialmente ao terreno local onde será executada a estrutura, sendo a CONTRATADA remunerada por rubrica específica em orçamento para a elaboração de projeto.

O projeto **executivo** para múltiplos usos **COM** cobertura será elaborado pela CONTRATADA, observando as características do projeto básico, visando adequar a estrutura dimensionada



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência - Gerência Regional de Infraestrutura

inicialmente ao terreno local onde será executada a estrutura, sendo a CONTRATADA remunerada por rubrica específica em orçamento para a elaboração de projeto.

Diferença Mínima entre os Lances:

Conforme Art. 31, § único do Decreto 10.024/2019, o intervalo mínimo da diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0.5%, visto que este percentual representa um valor confortável para as empresas reduzirem seus lances em relação ao último lance ofertado.